
CATÓLICOS E EVANGÉLICOS NÃO SÃO TODOS IGUAIS: efeitos da filiação religiosa sobre a participação política e o autoritarismo no Brasil.¹

CATHOLICS AND EVANGELICS ARE NOT ALL EQUAL: effects of religious affiliation on political participation and authoritarianism in Brazil.

Gabriel Avila Casalecchi²
Victor Alberto Bueno Coelho³

Resumo: A presente pesquisa investiga o efeito da filiação religiosa sobre a participação política e o autoritarismo dos eleitores brasileiros. Para isso, utiliza uma classificação mais complexa da filiação religiosa, separando os católicos entre praticantes e não praticantes e os evangélicos entre pentecostais, neopentecostais e protestantes históricos. Para testar a diferença entre esses grupos, utilizamos os dados da Pesquisa Eleitoral Brasileira de 2018. Os resultados demonstram que, em geral, não há uma relação entre a filiação religiosa e a participação. No entanto, existe uma relação importante no que diz respeito ao autoritarismo: neopentecostais são mais autoritários que qualquer outro grupo, ao passo que católicos e pentecostais possuem os mesmo níveis e protestantes históricos se mostraram mais democráticos que os demais. Esses resultados são importantes, pois mostram a importância de tratar católicos e evangélicos como grupos complexos e não homogêneos.

Palavras-Chave: evangélicos, participação política, autoritarismo.

Abstract: This research investigates the effect of religious affiliation on the political participation and authoritarianism of Brazilian voters. For this, it uses a more complex classification of religious affiliation, separating Catholics between practitioners and non-practitioners and Evangelicals between Pentecostals, Neopentecostals and historical Protestants. To test the difference between these groups, we used data from the 2018 Brazilian Electoral Survey. The results demonstrate that, in general, there is no relationship between religious affiliation and participation. However, there is an important relationship regarding authoritarianism: Neopentecostals are more authoritarian than any other group, while Catholics and Pentecostals have the same levels and historical Protestants have shown themselves to be more democratic than the others. These results are important, as they show the importance of treating Catholics and Evangelicals as complex and inhomogeneous groups.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 5 – Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política (PPGPoL). Contato: gacasalecchi@ufscar.br

³ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista PIBIC do CNPq. Contato: victor.coelho@estudante.ufscar.br

Keywords: *evangelicals, political participation, authoritarianism.*

1. Introdução

O Brasil sempre foi marcado por uma população religiosa cristã expressiva, e por muito tempo essa população caracterizou-se por ser hegemonicamente católica. Entretanto, nas últimas décadas, a população cristã brasileira tem se dividido, principalmente, entre católicos e evangélicos. Para efeitos comparativos, no Censo Demográfico do IBGE de 2000, os católicos representavam 73,57% da população, e os evangélicos, 15,41%, enquanto no Censo de 2010, observou-se uma queda entre os católicos, passando a representar 64,63% da população brasileira, e um aumento entre os evangélicos, passando a 22,16%. Segundo pesquisa recente do Data Folha, os evangélicos já representam 30% da população⁴.

O crescimento dos evangélicos tem fomentado a proliferação de estudos sobre o tema na Ciência Política. Uma importante vertente desses estudos ressalta a importância dos evangélicos na arena legislativa brasileira (PIERUCCI, 1989; FRESTON, 1993; PRANDI e SANTOS, 2017) e na capacidade das igrejas de mobilizarem seus fiéis politicamente (ORO, 2003; GERARDI, 2016; RODRIGUES-SILVEIRA e CERVI, 2019). Outra vertente igualmente relevante se concentra no efeito da religião na formação das atitudes e percepções políticas e na escolha do voto (PIERUCCI e PRANDI, 1995; BOHN, 2004, 2007).

Mais recentemente, a vitória de Bolsonaro em 2018 renovou o interesse pelo papel da religião e, mais especificamente, a relação entre evangélicos, participação política e atitudes conservadoras/autoritárias. Como bem sintetizou Amaral (2020), apesar de ser católico, o alinhamento entre Bolsonaro e políticos pentecostais em torno de pautas “morais” fortaleceu o nome do candidato entre o eleitorado evangélico, principalmente os de denominações neopentecostais. Com base nos

4

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, Amaral (2020) encontrou que eleitores neopentecostais tinham até duas vezes mais chances de votar em Bolsonaro no segundo turno quando comparados a eleitores católicos.

Para explicar esse alinhamento entre Bolsonaro e os evangélicos é preciso compreender primeiro como a religião molda o comportamento político dos eleitores, particularmente o engajamento e as atitudes políticas. A presente pesquisa contribui com essa questão analisando o efeito da filiação religiosa sobre a mobilização política e as atitudes autoritárias dos eleitores brasileiros.

Um avanço em relação aos estudos anteriores está na classificação mais sofisticada das filiações religiosas, considerando as diferentes características históricas e organizacionais que marcam as igrejas no Brasil. Em relação aos católicos, pontuamos a diferença entre os “praticantes”, assíduos nas missas e fiéis à tradição e ensinamentos da igreja, e os “não praticantes”, que embora manifestem adesão à igreja e devoção aos santos, não seguem à risca os preceitos do ensino religioso católico e raramente vão à missa. Os evangélicos, por sua vez, são bem mais segmentados (FREESTON, 1993). Primeiro, os evangélicos dividem-se entre os de origem pentecostal e não-pentecostal. Os pentecostais podem dividir-se entre pentecostais clássicos ou apenas pentecostais, como os membros das Assembleias de Deus, e neopentecostais, representados principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus. Já os evangélicos de origem não-pentecostal, são representados principalmente pelos protestantes históricos, como os presbiterianos, batistas, metodistas, luteranos, anglicanos e outros.

A hipótese da pesquisa é que os evangélicos não são homogêneos em seu comportamento político e que existem diferenças importantes entre os pentecostais, neopentecostais e os protestantes históricos. Também esperamos encontrar diferenças entre católicos praticantes e não praticantes. Essas diferenças são explicadas pelo governo da igreja e suas práticas institucionais, que resultam em uma relação específica entre a igreja, liderança e fiéis.

Argumentamos que as igrejas pentecostais, em geral, possuem um governo “vertical”, que dá centralidade à liderança religiosa e quase ou nenhum poder de

decisão aos membros. Essa configuração favorece uma relação hierárquica, na qual o pastor assume um papel carismático, quase místico, e bastante abrangente na vida dos crentes, orientando-os não só em temas que envolvem a fé cristã, mas também em outras áreas da vida, como a política. As igrejas protestantes históricas, ao contrário, são organizadas de forma “horizontal”, com a participação dos membros nas decisões administrativas/governamentais e fórmulas institucionais que imprimem algum grau de “responsividade” aos pastores. Nesse cenário as relações são menos hierarquizadas, a figura do líder espiritual não se reveste de um caráter tão carismático ou místico, e a sua abrangência é mais circunscrita às questões diretamente ligadas à fé cristã, extravasando menos às escolhas políticas.

Levando em conta essas diferenças, nossa expectativa é que o modelo “horizontal” das igrejas protestantes históricas favoreça um engajamento político igualmente horizontalizado, ou seja, com maior propensão a participar da vida política na comunidade (associações) e com atitudes mais democráticas. Inversamente, o modelo “vertical” da igreja católica e, principalmente, das igrejas pentecostais e neopentecostais, favoreceria uma participação puramente “eleitoral”, motivada por razões religiosas, assim como atitudes mais autoritárias.

Para testar empiricamente essas hipóteses, utilizaremos o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, um *survey* pós-eleitoral, com amostra representativa dos eleitores brasileiros à nível nacional. O ESEB é a pesquisa eleitoral mais abrangente do país, com perguntas relacionadas não apenas ao voto, mas também a diversas características sociodemográficas dos eleitores, como a filiação religiosa, e também relacionadas à participação e às atitudes políticas.

2. A pluralidade das filiações religiosas no Brasil

A maioria das pesquisas que analisa empiricamente a relação entre religião e comportamento político no Brasil costuma utilizar uma classificação simples, normalmente “católicos”, “evangélicos” e “outros”. Em uma das primeiras pesquisas sobre o tema que utilizam os dados do ESEB, Simone Bohn (2004) menciona a

diversidade das denominações evangélicas no Brasil, mas ao operacionalizar sua variável agrupa todas as denominações sob a mesma categoria dos “evangélicos”. Em trabalho posterior, com dados do ESEB 2002 e 2006, Bohn (2007) refina sua classificação e separa os “evangélicos pentecostais” dos “não pentecostais”. Apesar do avanço, ela ainda desconsidera diferenças no interior das denominações pentecostais e das igrejas protestantes históricas. De forma geral, os estudos empíricos seguem essas mesmas classificações.

Ao olharmos para as pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas da religião, notamos uma história diferente, onde as igrejas são retratadas de forma muito mais plural. Começando pela igreja católica, tomamos como base o trabalho de Teixeira (2005) que identificou ao menos duas manifestações diversas do catolicismo no Brasil: os católicos não praticantes, que ele chama de “católicos santoriais”, marcados pelo culto aos santos e pela busca de milagres, mas que, em geral, não incorporam os preceitos da igreja e frequentam pouco a missa. Segundo Teixeira (2005, p. 17): “o catolicismo brasileiro foi durante muito tempo um catolicismo de ‘muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre””. Outro grupo identificado pelo autor foi o dos “católicos oficiais”, que chamamos neste trabalho de católicos praticantes. Este grupo é mais frequente nas atividades da igreja e demonstra maior fidelidade ao ensino oficial da tradição católica. O catolicismo brasileiro certamente é mais complexo que isso, mas essas classificações já representam um avanço na forma como os católicos são retratados nas pesquisas.

Os evangélicos, por sua vez, considerando seu desenvolvimento histórico desde a Reforma do século XVI, apresenta maior diversidade. Segundo Freston (1993, p. 36), “rompendo com a unidade em torno do Bispo de Roma, o protestantismo estabeleceu a Bíblia como instância máxima. Essa estrutura deu ao protestantismo uma alta propensão ao cisma”. Em sua tese de doutoramento, Freston (1993), ao analisar a presença evangélica na política, desenvolveu uma tipologia de protestantes no Brasil, passando por algumas tipologias já existentes, como a de D’Epinay (1975), do CEDI (1992), de Mendonça (1989) e a de Brandão (1986). Primeiro, o autor passa pelo protestantismo histórico, discriminando-o entre

protestantismo histórico de imigração e protestantismo histórico de missão. O primeiro tem como principal referência os luteranos, que representam o mais antigo grupo protestante brasileiro, tendo chegado ao Brasil com os imigrantes. Estes imigraram por questões socioeconômicas, foram marginalizados culturalmente e, salvo exceções, não dispunham de um pastor (FRESTON, 1993, p. 42). Além disso, o protestantismo histórico de imigração representa um tipo sociológico diferente, o de *igreja*, e não de *seita* ou *denominação*, como é enquadrada a maioria dos grandes grupos protestantes no Brasil. O protestantismo histórico de missão, por sua vez, é o resultado de esforços missionários de converter os nativos, não tendo, nesse caso, um caráter étnico, como é o caso dos luteranos. São do tipo *denominação*, demonstram menor rigor ascético que os pentecostais e atingem classes sociais mais abastadas que os pentecostais (FRESTON, 1993, 47). Os principais representantes são os presbiterianos, batistas e metodistas.

Os pentecostais, por suas particularidades, merecem atenção especial. Ainda que a propensão ao cisma seja uma característica do protestantismo, essa característica é ainda mais marcante entre os pentecostais. Assim, Freston (1993, 64-112) propõe entender o pentecostalismo no Brasil através de três ondas. A primeira onda remonta ao início do século XX, e responde a um movimento global de expansão do pentecostalismo, movimento que surgiu nos Estados Unidos na mesma época, cujas principais características era uma tentativa de retorno a um cristianismo primitivo, marcado por manifestações sobrenaturais como o falar em línguas estranhas (glossolalia) e um significativo ascetismo, marcado pela rejeição às coisas “do mundo”. O pentecostalismo, em geral, é do tipo sociológico *seita*. O primeiro grupo a chegar ao Brasil foi a Congregação Cristã do Brasil, resultado do trabalho missionário de Luigi Francescon, italiano que se converteu nos EUA numa igreja presbiteriana e, após experiências carismáticas pentecostais, recebeu uma profecia que dizia que ele deveria evangelizar os italianos em todo o mundo. Assim, começou pela própria Itália, EUA, passando pela Argentina, até chegar ao Brasil, em 1910. Seu trabalho concentrou-se especialmente entre os imigrantes italianos no Paraná e no interior de São Paulo. Um ano depois foi a vez da

Assembleia de Deus chegar ao Brasil, concentrando-se na região Norte, através do trabalho de missionários suecos. Estes missionários suecos eram marginalizados em seu país de origem, muito por conta da hegemonia luterana, o que engendrou neles um forte sentimento de martírio, que foi transmitido ao público de suas missões, por isso era um grupo pouco preocupado com a ascensão econômica. Tanto a Congregação Cristã quanto a Assembleia de Deus eram grupos fortemente ascéticos — a Congregação até hoje —, com governos eclesiásticos verticais e centralizados.

A segunda onda pentecostal no Brasil ocorre entre os anos 1950 e 1960. As principais igrejas dessa segunda onda são a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). A primeira, a IEQ, é fruto de uma cruzada evangelística não-denominacional, a Cruzada Nacional de Evangelização, método popular à época também nos EUA, onde a IEQ começou. Diferente de outras igrejas pentecostais, mostrava-se menos rigorosa quanto às vestimentas e aparência feminina. Sua liderança nacional provinha da Igreja Presbiteriana Independente e da Igreja Metodista. Uma outra igreja que resultou da Cruzada Nacional de Evangelização foi O Brasil Para Cristo, fundada por um operário nordestino radicado em São Paulo, que sentia a necessidade de uma igreja totalmente brasileira. Uma característica marcante dessa igreja foi a ocupação de espaços seculares para a evangelização, como teatros, estádios, ginásios etc. Isso afastou esta igreja da tendência sectária do pentecostalismo. Por fim, a Igreja Deus é Amor, fechando a segunda onda do pentecostalismo, destoa das duas anteriores por se mostrar fortemente sectária e legalista, com regras rigorosas quanto ao comportamento de seus membros. Seus templos ocupavam regiões centrais, de modo a alcançar pessoas que por ali passavam, como trabalhadores, por exemplo, não atendendo apenas pessoas em seus horários de folga. O único meio secular que usava era o rádio, antecipando o que viria a ser a terceira onda pentecostal. Estas três igrejas, representantes da segunda onda pentecostal no Brasil, são marcadas por manifestações sobrenaturais,

especialmente a cura divina. As três são de origem paulista e, à exceção da Deus é Amor, envolviam-se com a política institucional, inclusive tendo candidatos oficiais.

Por fim, a terceira onda pentecostal ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, num contexto de inchamento urbano, aprofundamento da industrialização, comunicação de massas e estagnação econômica, além de crise na Igreja Católica e crescimento da umbanda (FREESTON, 1993, p. 95). As principais igrejas dessa terceira onda são a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). Essas igrejas maximizam práticas já encontradas na segunda onda, como a comunicação por rádio e TV, aperfeiçoando-as, e introduzem novos elementos, como a Teologia da Prosperidade, que foca na ascensão social dos fiéis, especialmente em deixar a condição de trabalhadores para tornarem-se patrões, empreendedores. Uma característica marcante dessa onda, e em especial da IURD, é seu sincretismo, como por exemplo a adaptação das novenas católicas através de suas correntes: corrente da prosperidade, corrente da saúde etc. Dispõe fortemente de elementos visuais, como o Pão da Fatura, Rosa Consagrada, Nardo Ungido etc. Essa onda pode ser descrita pelo trinômio cura-exorcismo-prosperidade, que pode, por sua vez, ser resumido como libertação, sendo talvez a palavra que define esse movimento: libertação das doenças, libertação espiritual e libertação do trabalho assalariado. Como ressalta Freston, embora as igrejas desse movimento trabalhem numa certa dimensão mágica — em seu sentido durkheimiano —, ou seja, um tipo de prestação de serviços, isso se dá apenas num nível dessas igrejas, que ainda prezam pela fidelização e assiduidade dos membros, o que, por sua vez, não permite que as igrejas desta onda não sejam do tipo religião.

Outro sociólogo que se debruçou a estudar esta terceira onda pentecostal, especialmente a IURD, foi Ricardo Mariano (2004), que trata esta terceira onda como *neopentecostalismo*, e inclui outras igrejas, como as igrejas Renascer e Sara Nossa Terra. Ainda sobre a Universal, Mariano ressalta o controle vertical e centralizado da igreja. Um exemplo disso é o fato de os pastores ficarem pouco tempo em uma mesma igreja da IURD, o que evita a formação de grupo

dissidentes, comum no evangelicalismo brasileiro. Mariano (2004) também reforça o argumento de Freston (1993) ao mostrar que embora a Igreja Universal do Reino de Deus preste serviços mágico-religiosos, a permanência e o pertencimento à igreja é condição para assegurar a salvação (MARIANO, 2004, p. 130).

Portanto, considerando as contribuições de Freston (1993) e Mariano (2004), optamos por classificar, no presente trabalho, os evangélicos em dois grandes grupos: evangélicos de origem pentecostal e protestantes históricos. Não obstante, considerando a relevância e as particularidades que os neopentecostais vêm apresentando (MARIANO 2004; ALMEIDA, 2017), optamos por fazer uma subdivisão entre os evangélicos de origem pentecostal, qual seja, pentecostais — sendo a união da primeira e segunda ondas propostas por Freston (1993) — e neopentecostais, conforme sugere Freston (1993) e Mariano (2004).

A principal característica a ser considerada nesses segmentos é o governo eclesiástico e a participação dos fiéis. Por governo eclesiástico, referimo-nos à forma de organização da igreja. A Igreja Católica, por exemplo, se organiza a partir de um governo eclesiástico episcopal, ou seja, é governada pelo Papa, que nomeia os bispos, que governam a Igreja. Essa forma de governo é mais verticalizada e não há significativo envolvimento dos fiéis no governo da Igreja.

Entre os evangélicos, entretanto, o governo eclesiástico é mais diversificado. Como lembra Freston (1993, p. 35-36), se no mundo católico todos os caminhos levam à Roma, no protestantismo é diferente. Temos grupos que possuem uma organização mais vertical, como é o caso de boa parte das igrejas de origem pentecostal, em que a liderança e a administração da igreja é centralizada na figura do pastor e de outras lideranças por ele indicadas. No caso da Assembleia de Deus, por exemplo, o sistema de governo, segundo Freston, é mais “oligárquico e caudilhesco”, e continua, “O pastor-presidente da rede é, efetivamente, um bispo, com grande concentração de poder” (1993, p. 72). As igrejas neopentecostais, por sua vez, tendo como principal referência a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), apresentam algum voluntarismo por parte dos fiéis, mas é também muito marcada por sua mobilização virtual, a partir de programas de rádio e TV, que

diferente das igrejas televisivas dos EUA, usam esses meios — rádio e TV — apenas como porta de entrada para os templos. A Igreja Universal do Reino de Deus segue um governo episcopal, com uma liderança muito centrada — mesmo para padrões episcopais — no bispo Edir Macedo (FREESTON, 1993). O alto controle sobre a estrutura da igreja facilita seu uso para fins políticos, tendo a IURD um número significativo de candidatos oficiais da igreja, candidatos que, ainda que desponham politicamente, não têm a mesma proeminência em atividades religiosas, o que é uma forma de Macedo manter seu controle e disciplina eleitoral.

E há também grupos de governos mais horizontais, como é o caso das igrejas protestantes históricas. Os presbiterianos, por exemplo, possuem um governo representativo, em que a comunidade elege presbíteros, com mandato definido, para governar a igreja (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2019). Outro exemplo são os batistas, que possuem um sistema de governo congregacional (FREESTON, 1993, p. 61), em que são governados pela assembleia da igreja, ou seja, por todos os membros da comunidade. Assim, além de possuírem formas de governo mais democráticas, o que chama a atenção entre os protestantes históricos é a participação em atividades requeridas pela igreja para além dos cultos dominicais, como as assembleias deliberativas entre outras.

Como já mencionado, utilizamos os dados do ESEB, onda de 2018. Sua especial contribuição é a de indicar a igreja evangélica de cada respondente a partir de resposta aberta, ainda que em alguns momentos esse modelo de resposta impeça a identificação da igreja por conta da generalidade da resposta. Entretanto, é possível identificar as principais igrejas de cada segmento evangélicos utilizado neste estudo. Assim, distribuindo as principais igreja contidas nos dados do ESEB 2018 conforme a literatura consultada para este trabalho, os segmentos católicos e evangélicos serão compostos conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Segmento das igrejas evangélicas

Origem Pentecostal		Protestantes Históricas
Pentecostais	Neopentecostais	

<p>Assembleia de Deus Brasil Para Cristo Deus é Amor Evangelho Quadrangular Congregação Cristã do Brasil Avivamento Bíblico Maranata Casa da Bênção Nova Aliança Outras pentecostais</p>	<p>Universal do Reino de Deus Igreja Internacional da Graça Igreja Mundial Poder de Deus Sara Nossa Terra Renascer em Cristo Outras neopentecostais</p>	<p>Luterana Metodista Presbiteriana Batista Adventista Anglicana</p>
--	---	--

FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro 2018 (ESEB), elaborado pelos autores

3. Metodologia

O Estudo Eleitoral Brasileiro 2018 é a quinta onda da principal pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica realizada no Brasil. A pesquisa foi aplicada em uma amostra nacional de 2.506 entrevistas “face-a-face” e domiciliares entre os dias 10 a 24 de novembro de 2018. A amostra é representativa da população e das 5 regiões: Norte; Centro-Oeste; Nordeste; Sudeste e Sul.

O processo de seleção da amostra deu-se em três estágios: 1) seleção probabilística dos municípios, através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base os eleitores registrados de 16 anos ou mais⁵; 2) seleção dos setores censitários através de forma sistemática segundo PPT⁶; 3) seleção dos respondentes, segundo quotas de sexo, idade, grau de escolaridade, ramo de atividade e número de banheiros no domicílio⁷. A pesquisa tem uma margem de erro de 2,2% a Intervalo de Confiança de 95%.

⁵ A amostra é estratificada por estado; no caso de estados com regiões metropolitanas, o universo foi estratificado em regiões metropolitanas e interior. Foram selecionados 172 municípios.

⁶ Foram realizadas por volta de 7 entrevistas (tamanho do cluster) em cada um. A medida dessa extensão tem como base a população de 16 anos ou a população vivendo nessas áreas. A amostra teve 172 pontos de seleção, mas nem todos os setores censitários foram selecionados. O critério de seleção dos setores foi: 1. Seleção de setores de áreas metropolitanas (significa os setores não são selecionados no interior a priori) 2. Seleção de setores para cidades com dois ou mais clusters (significa que foram selecionados setores apenas em cidades selecionadas para realizar 14 ou mais entrevistas)

⁷ As cotas foram estabelecidas com base nos dados mais atualizados do IBGE (Censo 2010), PNAD (2016) E TSE (2018).

A variável “filiação religiosa” foi construída com base em três perguntas do questionário: *“Por favor me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre nesta lista, você pode me falar diretamente qual religião é a sua”*; no caso do respondente se dizer evangélico foi perguntado adicionalmente e de forma espontânea: *“Qual igreja evangélica o(a) Sr.(a) frequenta?”*. Com base nessas duas perguntas, pudemos classificar os evangélicos de acordo com as categorias propostas na seção anterior: pentecostais, neopentecostais e protestantes históricos. Além disso, também utilizamos uma pergunta sobre frequência à igreja para separar os católicos praticantes dos não praticantes: *“Sem considerar batizados e casamentos, com que frequência o(a) Sr.(a) vai à missa ou culto religioso?”*. Foram considerados “praticantes” apenas os que frequentavam a missa pelo menos uma ou duas vezes ao mês. Menos que isso, eram católicos não praticantes.

Para testar a relação entre a filiação religiosa e a participação política, utilizamos um índice de associativismo. O questionário iniciava a bateria de perguntas com a seguinte frase: *“Vou citar algumas organizações e gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse se participa ou não de cada uma delas”*. A lista completa do ESEB inclui 17 organizações/movimentos de participação. Entretanto, excluímos da análise duas delas: a participação em “igrejas e movimentos religiosos”, por entender que essa atividade estaria muito correlacionada à nossa variável de interesse; e a participação em “sindicatos”, por considerar que essa atividade está mais ligada à participação política convencional e não tanto ao associativismo.

TABELA 1 – Filiação religiosa no Brasil

	Frequência	%
Católicos praticantes	914	38,89
Católicos não praticantes	343	14,60
Pentecostais	384	16,34
Neopentecostais	113	4,81
Protestantes históricos	202	8,60
Outras religiões	150	6,38

Ateus / sem religião	244	10,38
Total	2350	100,0

FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro 2018 (ESEB), elaborado pelos autores

Para investigar a relação entre filiação religiosa e autoritarismo criamos um índice a partir de duas perguntas do ESEB: “*O Brasil precisa de um líder que resolva a crise e os problemas do país, não importa se ele precisar desrespeitar as leis e as instituições*” e “*A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*”. As opções de resposta para ambas as perguntas eram: concorda muito, concorda um pouco, não concorda nem discorda, discorda um pouco e discorda muito. Essas respostas foram recodificadas de forma a refletir uma atitude autoritária, ou seja, que discorda que a democracia é a melhor forma de governo e concorda que o Brasil precisa de um líder autoritário.

Para analisar efetivamente o efeito da filiação religiosa, utilizamos modelos de regressão multivariada⁸. Embora não a eliminem completamente, os modelos multivariados ajudam a minimizar a possibilidade de correlação espúria com a adição de variáveis de controle. Nesse sentido, saberemos se o efeito da filiação religiosa existe “*ceteris paribus*”, isto é, “tudo mais constante”. As variáveis de controle utilizadas no modelo são variáveis socioeconômicas e demográficas: sexo, faixa etária, renda familiar, escolaridade, raça e região.

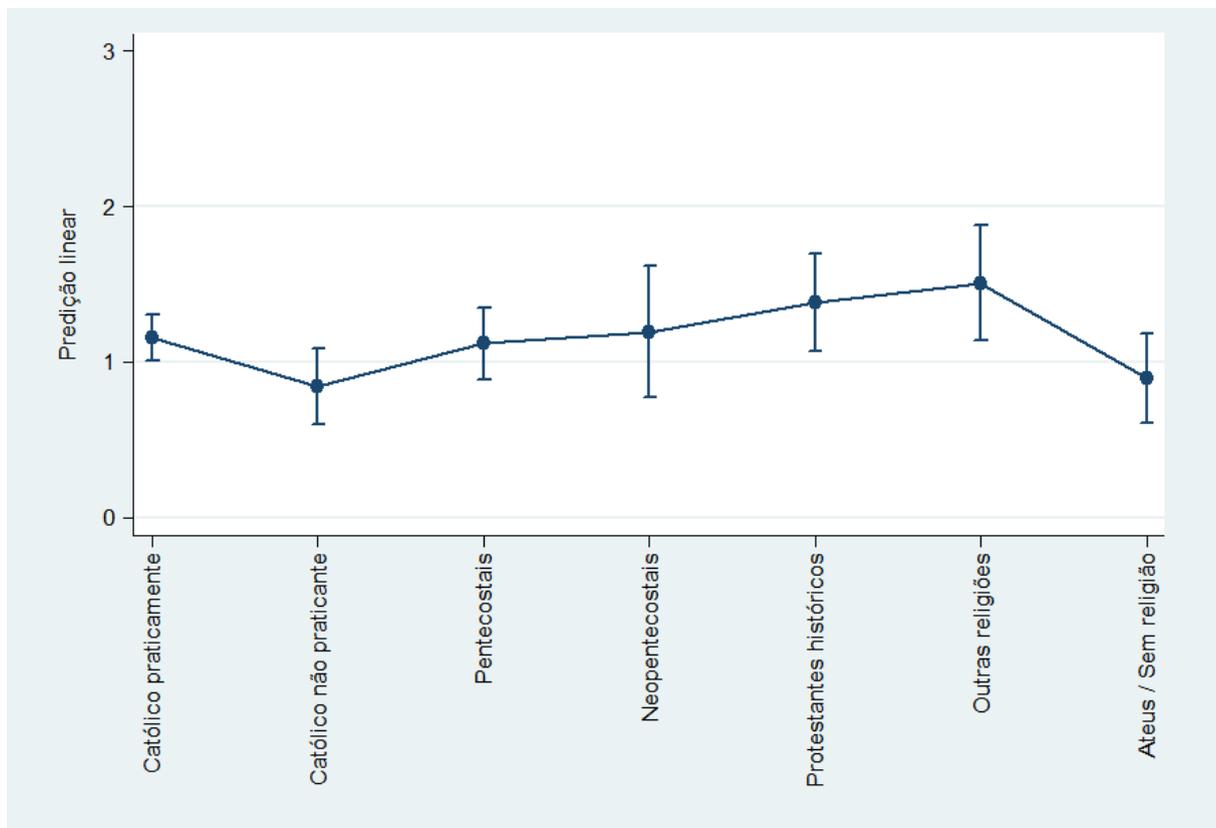
Para melhor visualização do efeito específico de cada segmento, optamos por apresentar as margens preditas da filiação religiosa. Assim, ao invés de simplesmente observarmos o efeito da mudança das categorias em relação a uma única categoria de referência, teremos uma ideia da probabilidade de cada uma delas, seja para participação (associativismo), seja para o autoritarismo.

4. Resultados e discussão

⁸ Os modelos utilizados são modelos lineares (MQO). Um dos pressupostos dos modelos lineares é o da normalidade da variável dependente. Pressuposto que não se verifica nas variáveis aqui utilizadas. Entretanto, os manuais mais modernos de econometria têm relaxado essa hipótese (Wooldridge, 2019).

A Figura 1 apresenta as probabilidades previstas da participação eleitoral de acordo com a filiação religiosa dos respondentes, mantida as demais condições – socioeconômicas e demográficas – constantes.

FIGURA 1 – Margens previstas da filiação religiosa sobre a participação política

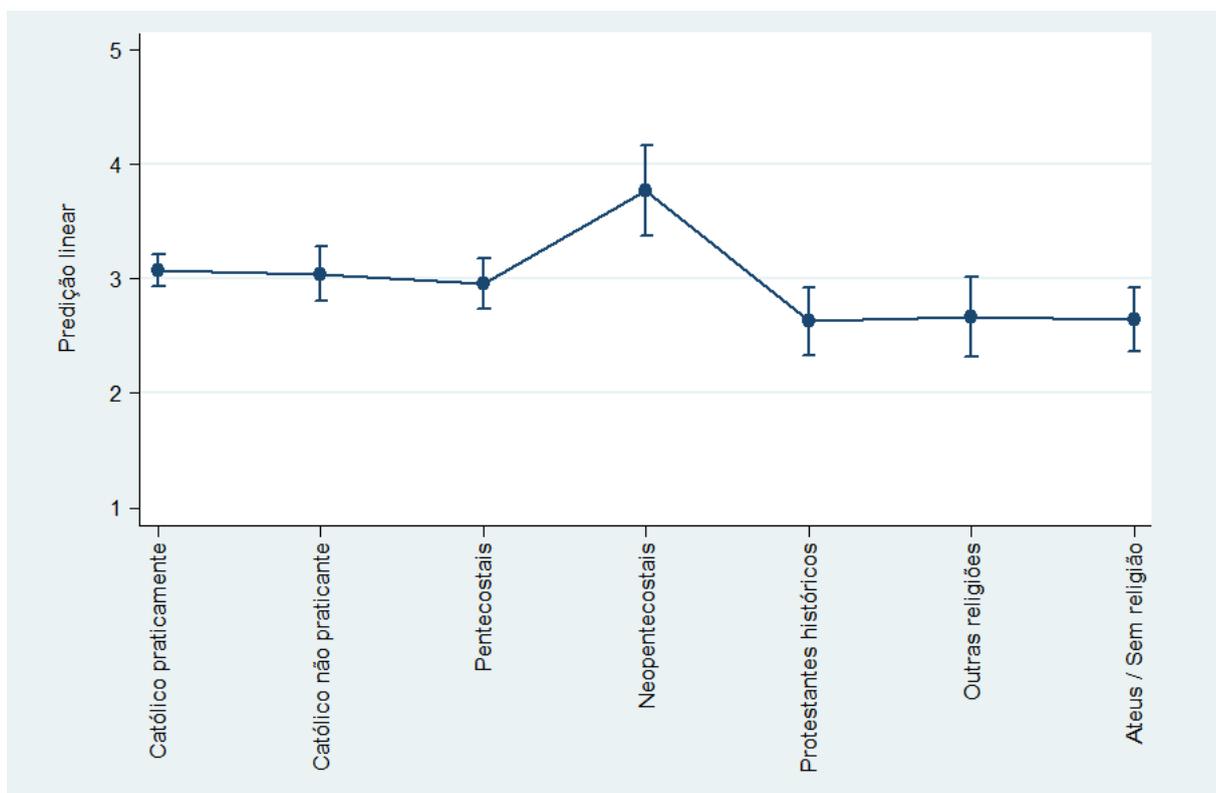


FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro 2018 (ESEB), elaborado pelos autores

De forma geral, a hipótese de que as igrejas “horizontais” do protestantismo histórico proporcionariam fiéis mais participativos na sociedade civil não foi comprovada. Embora exista uma probabilidade de participação maior entre os fiéis desse segmento se comparado aos católicos e outros segmentos evangélicos, a diferença não é estatisticamente significativa ($p > 0,05$). A única diferença significativa ($p = 0,028$) está entre os grupos católicos, sendo que os católicos praticantes tendem a participar mais do que os católicos não praticantes.

Se a filiação religiosa não mostrou efeitos sobre a participação política, o mesmo não pode ser dito sobre as atitudes autoritárias. A Figura 2 deixa claro que existe um efeito substantivo, especialmente entre os neopentecostais. Os fiéis das igrejas neopentecostais têm uma probabilidade maior do que qualquer outro grupo de manter uma atitude autoritária perante o sistema político, de baixa adesão à democracia e alta adesão a lideranças autoritárias.

FIGURA 2 – Margens previstas da filiação religiosa sobre a participação política



FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro 2018 (ESEB), elaborado pelos autores

Outro aspecto importante, e que, nesse caso, confirma nossa hipótese, é que os protestantes históricos são menos autoritários do que os pentecostais e católicos em geral. Em outras palavras, poderíamos dizer que os neopentecostais são, em geral, mais autoritários, enquanto católicos e pentecostais ficam em uma posição mediana, e os protestantes históricos mais democráticos.

5. Conclusão

A presente pesquisa buscou analisar o efeito da filiação religiosa sobre o engajamento e as atitudes políticas dos eleitores brasileiros. Como dissemos no início, esse tema voltou a ganhar grande relevância após a ascensão do presidente Bolsonaro que, embora católico, estabeleceu uma aliança importante com lideranças evangélicas e obteve forte apoio desse grupo na eleição.

Nossa principal contribuição foi estabelecer uma segmentação mais complexa da filiação religiosa, diferenciando católicos praticantes de não praticantes e evangélicos pentecostais, de neopentecostais e de protestantes históricos. A história e a organização de cada uma das igrejas são diferentes, de forma que os efeitos provocados sobre a vida dos fiéis também poderiam ser.

Ao analisar os dados do ESEB encontramos que, de forma geral, não existe uma relação significativa entre a filiação religiosa e participação em associações civis, com exceção dos católicos praticantes, cuja probabilidade de participar é maior do que a dos católicos não praticantes. Uma possível explicação para essa diferença está na herança do trabalho das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) que, influenciadas pela Teologia da Libertação, foram fundamentais no processo de redemocratização do Brasil. Neste caso, poderíamos pensar numa contribuição positiva dessa participação católica à democracia brasileira.

Por outro lado, apesar da maior participação, os católicos, sejam eles praticantes ou não, mostraram-se mais autoritários que protestantes históricos e tão autoritários quanto evangélicos pentecostais. Uma explicação pode ser atribuída ao

efeito do discurso “pancristão”⁹ do presidente Bolsonaro, que foi capaz de mobilizar católicos e evangélicos — sem o ônus que a relação entre esses dois grupos historicamente produz — em torno de um discurso autoritário.

Quanto aos evangélicos, vale destacar que os resultados mostraram que o refinamento na segmentação se mostrou relevante. Ainda que pentecostais e neopentecostais tenham apresentado tendência autoritária, os neopentecostais destacaram-se nesse sentido. E aqui vale citar o que Freston (1993, p. 95) escreveu sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, referência neopentecostal no Brasil:

Embora as controvérsias dificultem o exame isento, é necessário estudar a IURD pois, salvo grave acidente de percurso, poderá ter bastante influência na vida nacional. Seu significado não se reduz à questão da probidade pessoal dos líderes; o que importa é o modelo religioso, o qual suscita muito trabalho voluntário e no qual multidões colocam seus sonhos

Considerando ainda o desenvolvimento do pentecostalismo brasileiro em três ondas (FRESTON, 1993), vale destacar que a IURD não representa, mesmo à época de sua fundação, um fenômeno totalmente novo: antes, seu movimento foi o de sofisticação do que já era encontrado em ondas anteriores, haja vista que igrejas pentecostais (de primeira e segunda onda) também apresentam tendências autoritárias. Nesse momento em que a democracia e as instituições democráticas são postas à prova, é de fundamental importância voltar a atenção ao estudo dos evangélicos, especialmente os de origem pentecostal, pois se mantida a tendência de crescimento, em menos de uma década serão a maioria no Brasil.

Por fim, vale destacar os resultados relativos aos protestantes históricos. Os membros das igrejas protestantes históricas mostraram-se menos autoritários e com maior adesão à democracia, o que talvez possa ser atribuído à relação que este grupo tem estabelecido com a modernidade (FERREIRA, 2008). Ainda que os protestantes históricos não demonstrem crescimento, são entre esses que se

9

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598306-nao-posso-suportar-iniquiteidade-associada-ao-ajuntamento-solene-o-cristianismo-positivo-tupiniquim>

desenvolvem grupos evangélicos mais progressistas (ALENCAR, 2019), como é o caso, por exemplo, da teologia latino-americana da missão integral.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião e Sociologia*, v. 39, n. 3, p. 173-196, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo Perspectiva.*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-100, 2001.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, set./dez. 2004.

ESEB-2018-ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO – CESOP-IBOPE/BRASIL 2018/NOV-04622. In: Banco de Dados do CESOP/UNICAMP.

FERREIRA, Valdinei Aparecido. Protestantismo e modernidade no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-30072008-103130. Acesso em: 2021-05-03.

FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. 1993. 307f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>>.

GERARDI, D. “Parlamentares evangélicos no Brasil: Perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998–2014)”. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, v. 3, n. 14, p. 1–18, 2016.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. Manual presbiteriano. Cultura Cristã: São Paulo, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. 2000. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censodemografico/demografico-2000/inicial>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MENDONÇA, Antônio. Um Panorama do Protestantismo Brasileiro Atual. In: LANDIM, Leilah (Org.) *Sinais dos Tempos: Tradições Religiosas no Brasil*, Cadernos do ISER 22, Rio de Janeiro, ISER, 1989, p. 37-86.

MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luis e SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. *Horizontes Antropológicos* [online]. 2018, vol.24, n.52, pp.131-164. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-71832018000300006>>

PIERUCCI, A. F. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte”. *Ciências Sociais Hoje*, v. 11, p.104-32, 1989.



PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995.

PRANDI, R. & SANTOS, R. “Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica”. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 187–214, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 14-23, set./nov. 2005.